

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.940 - RJ (2019/0301672-0)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : YAGO EDUARDO AYRES THEOTONIO
ADVOGADO : ALESSANDRO FERREIRA GUTMAN - RJ189927
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar deduzido em sede de recurso ordinário em **habeas corpus**, interposto por YAGO EDUARDO AYRES THEOTONIO, em face do v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**.

Aduz o recorrente, em breve síntese, a existência de constrangimento ilegal, em razão da ausência de fundamentação da r. decisão que decretou sua segregação cautelar.

Pleiteia a revogação da sua prisão preventiva e, subsidiariamente, a substituição da prisão por medida cautelar diversa.

É o breve relatório.

Decido.

Na hipótese, **ao menos neste juízo de prelibação**, tenho que o r. **decisum** que decretou a prisão preventiva do recorrente está suficientemente fundamentado na necessidade de garantia da ordem pública, notadamente se considerada a quantidade da droga apreendida e na periculosidade do agente que supostamente integraria associação criminosa, conforme se extrai do seguinte excerto da mencionada decisão impugnada, **in verbis**:

"No caso concreto, observa-se que, junto aos custodiados, houve apreensão de 71,63g, 29,56g e 54,20g de maconha, bem como 35,29g, 49,98g, 12,13g, 1,25g, 18,72g e 1,98g de cocaína - esta última, de natureza extremamente lesiva -, um revólver calibre 32 com seis cartuchos. Além disso, os custodiados foram flagrados em local conhecido pela prática do tráfico de drogas. Narram os policiais que, diante de denúncia de um popular, no sentido de prática do crime de tráfico de drogas, se dirigiram ao local em que estava o custodiado Jeiderson. No local, salientam os policiais que encontraram 11

Superior Tribunal de Justiça

pinos de cocaína e 6 frascos de 'cheirinho da loló'. O custodiado Jeiderson indicou, ainda, o custodiado Paulo, com quem os policiais encontraram 7 pinos de cocaína. Ainda conforme APF, outra equipe de policiais foi para o endereço em que estavam os outros custodiados. No local, lograram êxito em encontrar os custodiados com o material entorpecente indicado. Junto a Yaqo, foram encontrados 44 trouxinhas de maconha; com Thiago, 12 trouxinhas de maconha e 24 pinos de cocaína; com Weverton, 34 pinos de cocaína. Na casa, ainda foram encontrados um caderno de anotações do tráfico, 12 pinos de cocaína e 9 frascos de cheirinho da loló'. Ainda conforme APF, o custodiado Weverton teria indicado o local em que escondia uma arma de fogo devidamente municiada, que foi apreendida pela polícia. A alta quantidade e a variedade das drogas, bem como sua forma de acondicionamento, além das demais circunstâncias acima expostas, configuram indícios de que os custodiados integrem associação criminosa e faça do tráfico seu meio de vida. Portanto, resta caracterizado o risco concreto de reiteração delitiva. Registre-se que o tráfico ilícito de entorpecentes é equiparado a crime hediondo e a Constituição Federal impõe maior repressão ao referido delito (art. 5^o, inciso XLIII, da CF). É importante lembrar ainda as peculiaridades locais. É fato notório que a atividade do tráfico de drogas no Estado do Rio de Janeiro é exercida por facções criminosas fortemente armadas, as quais criaram estados paralelos, gerando intensa violência urbana e um ambiente de medo e insegurança semelhante ao vivenciado em situações de guerra. Ressalte-se que os custodiados Paulo e Jeiderson ostentam anotações anteriores em suas FACs pela prática de crime, o que evidencia o risco concreto de reiteração delitiva. Por tais razões, a prisão é necessária como garantia da ordem pública." (fls. 92-93).

Nesse sentido, cito o seguinte precedente desta eg. Corte:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. PERICULOSIDADE SOCIAL. CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS DO CRIME. MAUS ANTECEDENTES CRIMINAIS. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

1. Para a decretação da prisão preventiva é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, ainda que a decisão esteja pautada em lastro probatório que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.

2. No caso, as circunstâncias concretas do crime, como a quantidade de droga que o recorrente tinha em depósito e

Superior Tribunal de Justiça

sua forma de acondicionamento (18 tabletes de maconha, envoltos em plástico transparente, pesando 309,20g), a associação com mais 13 (treze) suspeitos, voltada para o intenso comércio de drogas e sua vasta folha de antecedentes criminais, inclusive com condenação transitada em julgado pela mesma espécie de crime, tráfico de drogas, são fatores que justificam a interferência estatal com a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto revela a periculosidade acentuada e o comprometimento da ordem pública. Precedentes.

3. Recurso Ordinário em habeas corpus desprovido"
(RHC 80.109/GO, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 01/08/2017)

Dessarte, a análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar**.

Abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator